



Infâncias confinadas: Qual o lugar do corpo na escola?

Confined childhoods: Where does the body go in school?

Karla de Oliveira Santos¹

Página | 1534

¹ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4954-8184>; Doutora em Educação e Professora Adjunta da Universidade Estadual de Alagoas. Brazil. Email: karla.oliveira@uneal.edu.br

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 10 de novembro de 2020; Aceito em: 23 de dezembro de 2020; publicado em 31 de 01 de 2021. Copyright© Autor, 2021.

RESUMO O corpo tem se configurado como objeto de controle do Estado e de suas instituições, a exemplo da escola, que tenta enclausurar as infâncias, na intencionalidade de formar corpos dóceis e disciplinados, para se tornarem força produtiva e consumidores, que atendam aos interesses do capital. A partir de uma reflexão teórica com base nos estudos foucaultianos, o objetivo deste trabalho é problematizar como a escola, juntamente com os seus aparatos, como: o trabalho pedagógico e o currículo tentam confinar as infâncias, para a formação de sujeitos dóceis e disciplinados, a partir do controle do corpo e suas implicações na subjetividade dos sujeitos. Sendo assim, é importante destacar que a política pública educacionais dos últimos três anos, tem apresentado retrocessos com modelos conservadores de se pensar as infâncias e consequentemente os corpos infantis, reforçando práticas mecânicas e instrumentalizadoras em atendimento a um currículo homogêneo e às avaliações em larga escala, sendo a escola responsável pela formação de corpos dóceis, úteis, participativos, responsáveis, produzindo subjetividades específicas, ou seja; a criação do sujeito moderno.

PALAVRAS-CHAVE: Escola, Crianças, Corpo.

ABSTRACT: The body has been configured as an object of control by the State and its institutions, like the school, which tries to enclose childhoods, with the intent of forming docile and disciplined bodies, to become productive force and consumers, which serve the interests of capital. . From a theoretical reflection based on Foucauldian studies, the objective of this work is to problematize how the school, together with its apparatus, such as: pedagogical work and the curriculum, try to confine childhoods, for the formation of docile and disciplined subjects, from the control of the body and its implications on the subjectivity of the subjects. Therefore, it is important to highlight that the educational public policies of the last three years, have presented setbacks with conservative models of thinking about childhoods and, consequently, children's bodies, reinforcing mechanical and instrumentalizing practices in attendance to a homogeneous curriculum and to large-scale evaluations. , the school being responsible for the formation of docile, useful, participatory, responsible bodies, producing specific subjectivities, that is; the creation of the modern subject.

KEYWORDS: School, Children, Body.

INTRODUÇÃO

INICIANDO A DISCUSSÃO

Na atualidade o corpo ganha centralidade para entender as formas de dominação e controle, como uma construção social, que não está apenas relacionada à natureza ou ao biológico, mas percebendo-o como uma forma de legitimar e questionar as realidades humanas existentes.

O objetivo deste trabalho é problematizar como a escola, juntamente com os seus aparatos, como: o trabalho pedagógico e o currículo, tentam confinar as infâncias, para a formação de sujeitos dóceis e disciplinados, a partir do controle do corpo e suas implicações na subjetividade dos sujeitos.

O corpo sempre foi um elemento importante para se relacionar com o mundo, inserindo-se no espaço social e cultural, como também, para o controle da sociedade, ora associado ao Sagrado; devendo investir no aprimoramento da alma, já que o corpo é a sede dos pecados “da carne”, devendo ser alvo de renúncias e penitências (LIMA, 2014); ora associado à própria vida, através de medidas de controle da morte, de doenças, da infância, da juventude, da velhice, do trabalho, da linguagem, da sexualidade e etc., desde a Idade Antiga até à sociedade atual. Foucault (2008, p.80) apresenta uma hipótese:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica.

Busca-se garantir o endireitamento e adestramento do corpo, através de receitas terapêuticas, como a eliminação dos doentes, o controle dos contagiosos, a exclusão dos delinquentes e métodos de assepsia, disciplinando todos: crianças, jovens, adultos e idosos.

Castro (2009) ressalta que no antigo sistema, o corpo dos condenados se tornava coisa do rei, sobre a qual o soberano imprimia sua marca e deixava cair os efeitos de seu poder. Agora, ele será um bem social, objeto de uma apropriação coletiva e útil. Nesse bojo, o disciplinamento dos corpos torna-se primordial para sua exploração, desarticulação e recomposição, tornando-se um objeto da política moderna, adquirindo um *status* de poder sobre a vida.

Na modernidade, o corpo é uma marca identitária, traduz o aprisionamento do homem sobre si mesmo (Lê Breton, 2007), associado à individualidade, a um padrão de beleza, à força, como um indutor de inclusão e não de exclusão, como aponta o autor citado:

Dá atenção redobrada ao corpo lá onde ele se separa dos outros e do mundo. Já que o corpo é lugar do rompimento, da diferenciação individual, supõe-se que possua a prerrogativa da possível reconciliação. Procura-se o segredo perdido do corpo. Torna-lo não um lugar da exclusão, mas o da inclusão, que não seja mais o que interrompe, distinguindo o indivíduo e separando-o dos outros, mas o conector que o une aos outros. Pelo menos este é um dos imaginários sociais mais férteis da modernidade (LÊ BRETON, 2007, p.11).

Nesse sentido, compreendemos que o corpo é um elemento transitório, mutante, que adquiriu um *status* ao longo de cada período histórico. Sua associação com o/a homem/mulher na construção da identidade é híbrida, pois estão implicadas relações de poder, que disciplinam, vigiam e controlam este corpo, através de artefatos como a ginástica, musculação, procedimentos estéticos, nudez, enfim, a exaltação do belo. Tudo isso, contribuiu para a produção de processos de subjetivação nas crianças, nos jovens e nos adultos, exaltando um corpo sadio, que é sujeitado entre a distinção entre normal e anormal, exercendo efeitos de verdade.

Pensar em uma história do corpo ou em reflexões e novas formas de enxergar o corpo a partir de Foucault (2008) é compreender como esse corpo se constituiu e subjetivou os sujeitos, criando relações de poder-saber nas sociedades modernas.

Segundo Mendes (2006, p. 168):

Para Foucault, o corpo é ao mesmo tempo uma massa, um invólucro, uma superfície que se mantém ao longo da história. Sintetizando, pode-se dizer que, para Foucault, o corpo é um ente, composto por carne, ossos, órgãos e membros, isto é, matéria, literalmente um *locus* físico e concreto. Essa matéria física não é inerte, sem vida, mas sim uma superfície moldável, transformável, remodelável por técnicas disciplinares e de biopolítica. Com isso, o corpo é um ente – com sua propriedade de “ser” –, que sofre a ação das relações de poder que compõem tecnologias políticas específicas e históricas.

Nesse sentido, o corpo seria uma estrutura para os processos de subjetivação, que se dá especificamente através dele, com a produção de discursos normalizadores e homogeneizantes, como também, através de tecnologias de dominação, do governo de si

e dos outros, possibilitando aos indivíduos, controlar a si mesmo e a outras pessoas, contribuindo para a criação de indivíduos governáveis, através do controle e da norma.

O corpo é entendido como uma materialidade discursiva e propícia a efeitos de subjetivação, que são advindas muitas vezes de saberes que envolvem uma pluralidade de discursos. E ainda, o corpo do sujeito sempre incompleto e em busca de algo exterior que lhe falta, já que o mesmo é construído virtualmente pela linguagem.

Os processos de subjetivação dos seres humanos – pelo emprego de relações de poder sobre o corpo – só podem ser entendidos como mecanismos sociais partindo do princípio de que tal corpo apresenta aspectos, formas de percepção e inserção constantes para o exercício de relações de poder (MENDES, 2003, p.169).

Na modernidade, este corpo precisa ser controlado, sendo criado um aparato de técnicas e tecnologias para a socialização, pois este corpo é tomado como força produtiva e submisso para atender às exigências do capitalismo.

Tanto as técnicas disciplinares como as técnicas relativas ao biopoder têm como caminho de ação o corpo. Nas tecnologias disciplinares, o corpo é historicamente localizado, articulado com o surgimento das ciências sociais e o fortalecimento de instituições como a fábrica, a prisão, a escola e a família. A constituição de corpos está diretamente ligada a interesses capitalistas para melhor gestão e eficiência de indivíduos. Inicialmente, o corpo é o caminho de objetivação do sujeito como objeto de conhecimento dos outros (uma genealogia do disciplinamento). Assim, com base no poder disciplinar, empregam-se técnicas “duras” e herméticas, dando pouco espaço – por meio de proposições normativas – para a resistência de corpos e sujeitos (MENDES, 2003, p.173).

O que podemos observar, é que as instituições, como por exemplo, a escola, a fábrica, a família, vem sendo espaços imersos em um processo de vigilância e controle, criando processos de subjetivação, através de mecanismos e práticas de governo e de autogoverno, criando tecnologias de regulação e de autorregulação, disciplinando os corpos, como também as mentes.

Destarte, a apropriação por parte do Estado Moderno, busca moldar, controlar e disciplinar os corpos dos sujeitos, objetivando a formação do sujeito moderno, ou seja; competitivo, individualista, consumidor, participativo em prol do capital.

O LUGAR QUE O CORPO INFANTIL OCUPA NA ESCOLA

Entendida como um processo de institucionalização social, a modernidade trouxe consigo um conjunto de procedimentos discursivos e institucionais sobre a educação, visando à produção de um determinado corpo.

Para Michel Foucault, a instituição escolar constituiu o paradigma moderno da disciplinarização e do governo dos corpos, pois foi o lugar privilegiado das medidas higiênicas e alimentares destinadas a garantir a saúde física e moral de jovens e crianças (CÉSAR; DUARTE, 2009, p.124).

O poder disciplinar exerce sua força na escola, através da organização do espaço e do tempo, é preciso controlar cada indivíduo. No entanto, hoje realizamos a transição para uma sociedade do controle, no qual o objetivo é não mais o controle individual, mas o controle da população.

É o nascimento de táticas totalmente novas, que a população emerge como um fim, mas também como um instrumento para o governo. É a população que será levada em consideração nas observações do governo, primordial para se conseguir governar de forma racional e planejada. “A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber sobre todos os processos referentes à população em sentido lato, daquilo que chamamos precisamente de “economia” (FOUCAULT, 2013, p. 426)”.

Apesar da transição, da sociedade disciplinar para a sociedade do controle, ainda hoje identificamos o disciplinamento no cotidiano escolar, como por exemplo: a organização das cadeiras, as filas, o tempo de realização das atividades, entre outros elementos. Brighente e Mesquida (2011) afirmam que, a disciplina é um tipo de poder, que torna os indivíduos meros objetos e, ao mesmo tempo, instrumentos do seu próprio exercício. E ainda, o poder disciplinar é invisível, pode vigiar sem ser visto, se expressando pelo olhar e exercendo seu controle sobre os corpos em questão. Mantendo o indivíduo disciplinado.

O corpo é reprimido pelo poder disciplinar que o torna dócil, com o incansável controle que as classes dominantes exercem sobre os indivíduos com o objetivo de torná-los consumidores e cada vez mais produtivos, sem possibilidade de pensarem por si próprios. (BRIGHENTE e MESQUIDA, 2011, p. 2397).

“O governo dos corpos na contemporaneidade transformou-se em um processo massificado e ao mesmo tempo, individualizado de gestão e de administração do corpo saudável, entendido aqui como o corpo magro, leve, ágil e flexível” (CÉSAR; DUARTE, 2009, p.128). O que observamos, é a propagação de discursos que exaltam o corpo belo, saudável, esbelto, bronzeado, considerando que a não adequação neste enquadramento é o corpo anormal.

[...] é importante destacar como os corpos classificados como anormais (aqueles que estão acima ou abaixo do peso, a obesidade e a anorexia, por exemplo) são modelares para o estabelecimento de um corpo padronizado, normal ou na média. Assim, fala-se dos corpos anormais para se regular os corpos “ditos” normais (SANTOS, 2007, p.85).

A escola contribui não apenas para transmitir os conhecimentos sistematizados, mas também, para formar corpos saudáveis. Para justificar tal afirmação, é preciso ter a condução dos corpos e das almas dos indivíduos, implicando nos processos de subjetivação e na produção de verdades, que fazem com que os sujeitos desejem um corpo “normal”, através de mecanismos, táticas, estratégias, que mobilizam discursos, alterando nossa identidade e dando outros significados ao nosso corpo, através de relações de poder que exercem efeitos a partir do investimento do corpo pelo poder, que enfatiza a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo, pois como afirma Foucault (2013, p.235),” o poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo”.

Ainda seguindo o referido autor:

Os diversos aparelhos de poder devem se encarregar dos “corpos” não simplesmente para exigir deles o serviço do sangue ou para protegê-los contra os inimigos, não simplesmente para assegurar os castigos ou extorquir as rendas, mas para ajudá-los a garantir sua saúde (FOUCAULT, 2013, p. 301).

Ao analisarmos o corpo na escola, pontuamos que há uma estética escolar, que vai desde a rotina diária à higiene pessoal das crianças, produzindo subjetividades e formando corpos dóceis e disciplinados, permeada por significados, mensagens, discursos, objetos e signos, que normalizam condutas.

A escola torna-se um lócus de produção, moldagem e objetificação de sujeitos dóceis e conseqüentemente, de regulação dos corpos.

A questão da saúde física está amplamente desenvolvida com relação ao corpo dos alunos. O corpo tem sido enfocado como o lugar da possível doença, sobre o qual se deve trabalhar sua prevenção, e por esta razão, o cuidado da saúde, de acordo com o pressuposto “corpo são, mente sã”. Por meio do desenvolvimento das capacidades físicas, do cuidado da higiene, da disciplina pontual, protege-se o sustento material do indivíduo e em função disso se constituem a atenção e o ensino especializado (MILSTEIN e MENDENOLES, 2010).

Na conjuntura atual, o corpo precisa ser controlado, normalizado, submisso e a escola assume um papel importante como *locus* privilegiado para a condução e normalização dos corpos. Esse corpo na escola muitas vezes é invisibilizado diante de suas possibilidades, sendo tratado como um instrumento de medicalização e higienização, no qual à escola sempre atribui sentidos de negação do prazer, de cuidados e de disciplinamento, provocando formas de governo de si e dos outros.

A escola contribui não apenas para transmitir os conhecimentos sistematizados, mas também para formar corpos saudáveis. Seguindo esta perspectiva, Santos (2007, p.132) afirma que:

Nesta lógica, a nova anomalia escolar deixará de ser a criança indisciplinada, a qual, ademais, já pode ser farmacologicamente tratada e sedada, para recair sobre a criança obesa, que, renitente às novas investidas pedagógicas, será o próximo alvo da medicalização.

Uma questão que merece também destaque é o lugar que o corpo ocupa nas relações de trabalho, tornando-se um instrumento para o desempenho necessário às exigências da produção, ou seja; a produção de corpos dóceis, produtivos, obedientes, seria necessária para a aptidão à produtividade e sujeitamento na contenção das tensões sociais. Segundo Foucault (2010), uma cisão, uma censura, uma repressão ao corpo como órgão de prazer foi estabelecida, sendo o corpo codificado, adestrado, como instrumento de produção, como instrumento de desempenho.

Governar a escola é inscrever racionalidades políticas nas sensibilidades, disposições e consciências dos indivíduos. Isto significa administrar o governo da alma, do indivíduo, de maneira que este possa ser governado à distância por meio dos princípios pelos quais um indivíduo se torna automotivado, auto-realizado e empoderado (POPKEWITZ, 2004).

O corpo presente no cotidiano escolar, que se materializa através das práticas dos professores e do currículo, tem sistematicamente reforçado o discurso da doença, da opressão, da violência e da morte. É preciso compreender o corpo como uma materialidade discursiva que promove a constituição do próprio sujeito.

O trabalho pedagógico se insere nesse contexto, pois é um trabalho com e no corpo das crianças, sendo a base e condição das demais aprendizagens, relacionando-se à ordem escolar. Como ressalta Milstein e Mendenoles (2010, p. 37):

Na escola existe um constante e intenso trabalho em todos e em cada um dos corpos, existe ação e esforço para transformar os corpos de acordo com formas concretas quanto a dimensões, diferenças de gênero e idade, gestos, modos, comportamentos, vestuário, momentos de descanso e atividades, etc. E essas formas concretas tendem a produzir um corpo-sujeito social e escolar. Esse trabalho também inclui a produção da interpretação desse sujeito sobre si mesmo e sobre os outros.

A escola através do seu trabalho pedagógico torna-se uma autoridade que legitima discursos sobre o corpo “normal”, regulando e controlando cada um, sendo necessária essa adequação à ordem da instituição para pertencer. No contexto educacional, supõe-se que o corpo normal personifica um significado estável, mesmo quando se admite que aquele significado passe por pequenos ajustes, tal como ocorre nos discursos educacionais baseados na ideia de desenvolvimento (BRITZMAN, 2000, p. 63).

As narrativas sobre o corpo induzem às novas condutas, é necessário problematizar as representações de corpo que são expostas como normais. Santos (2007, p. 92) ressalta que:

[...] o trabalho de se desconstruir o corpo não se restringe àqueles momentos em que o corpo é questão na sala aula precisamente porque ele está lá no currículo para ser ensinado (há algumas coisas que se pode fazer nessa direção), mas sim, algo que se dá constantemente, em um continuado trabalho de reflexão e de discussão das práticas de sala de aula. Um trabalho para o qual, talvez, nosso corpo também seja pouco.

Para Brighente e Mesquida (2011, p. 2402):

Um corpo dócil é aquele passível de repressão, de ser sujeitado, é aquele indivíduo “bonzinho”, que não pode e nem deve contestar o sistema no qual está inserido. Isso é refletido, reforçado e legitimado dentro das salas de aula, especificamente na prática pedagógica dos

educadores. O professor, como vimos, dociliza o corpo do educando não permitindo que ele fale, expresse suas dúvidas, suas angústias e sua própria história. Em outras palavras, o que ocorre é a privação da palavra, dos desejos e das emoções com o uso do poder disciplinar. [...] Todo o processo dos corpos dóceis é produzido gradativamente, sendo sustentado pelas instituições disciplinares que fazem uso do poder disciplinar, especialmente, a escola.

A ordem está presente não apenas na escola, mas em diversos âmbitos da vida social, produzindo um reordenamento dos corpos das crianças, silenciando seus corpos e seu espaço, invisibilizando inclusive, as expressões artísticas, como a dança e a música. E como afirmam os autores Milstein e Mendenoles (2010):

Estetizar a escola, os sujeitos e objetos escolares faz parte da constante reprodução das condições que tornam possível o trabalho pedagógico, porque ao qualificar-se, reforça “espontaneamente” o significado dessa instituição como autoridade pedagógica (p.80).

Essa instituição vem sendo transformada em um espaço que permite a produção de saberes para as crianças, imersa em um processo de vigilância e controle, criando processos de subjetivação, através de mecanismos e práticas de governo e de autogoverno, criando tecnologias de regulação e de autorregulação, disciplinando seus corpos e mentes.

De acordo com Veiga-Neto e Saraiva (2011), na Modernidade a escola tornou-se a mais generalizada instituição de sequestro, sendo sua ação muito mais decisiva para a constituição das sociedades disciplinares do que outras instituições tais como a prisão, o exército, o hospital ou a fábrica. Seguindo a mesma reflexão, Cervi (2013) afirma que a partir da criação da escola, o tempo e o corpo foram sequestrados e sobre eles produzidos saberes e formas aperfeiçoadas e inovadoras de tecnologias de controle.

Para Sacristán (2005), as escolas são instituições que nasceram e foram se configurando como espaços fechados, sintetizando um modelo de funcionamento que servisse ao mesmo tempo para as funções de acolher, assistir, moralizar, controlar e ensinar grupos numerosos de menores. É necessário compreender que a escola possui uma cultura dedicada a manter uma ordem, que ainda está fortemente atrelada à disciplina, sendo um valor, em si mesma.

As crianças confinadas nas escolas têm seu tempo ocupado com tarefas e seu corpo disciplinado. Nelas são alunos e precisam avaliar e serem avaliados constantemente. Aprendem a repetir o professor ou escrever o que ele deseja que seja

escrito para passar por uma etapa da escolarização. Aprendem a serem dependentes e inseguros. Aprendem, assumem e vivem valores de uma sociedade autoritária, individualista, competitiva e moralista. Aprendem esses valores nas práticas cotidianas da escola (CERVI, 2013).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A escola é um espaço por excelência destinado para a educação/formação dos sujeitos, como também, para o aperfeiçoamento e inovação de tecnologias do controle. Sua universalização é entendida como uma conquista, mesmo que suas práticas sejam constantemente questionadas, ainda assim, a permanência das crianças é inquestionável, já que também há um aparato legal que legitima e impõe sua obrigatoriedade, monopolizado pelo próprio Estado (CERVI, 2013).

Na Modernidade, a escola é uma instituição central, tendo a sociedade moderna depositado total confiança na tarefa de educar os sujeitos, como espaço complementar de socialização doméstica e responsável pelas disciplinas escolares. Reconhece o conhecimento e o sujeito, assim como sua relação com a formação de subjetividades como instâncias corpóreas, sendo o uso dos sentidos – tato, visão, olfato, audição, paladar - necessários para sustentar as formas de aquisição do conhecimento e o desenvolvimento da razão, com o predomínio da valorização dos aspectos cognitivos.

As políticas públicas educacionais dos últimos três anos possuem um viés conservador, apresentando retrocessos que destituem as infâncias e suas plenitudes. Desconsideram totalmente as contribuições da sociologia e da antropologia das infâncias, reforçando nas escolas práticas mecânicas, prescritivas e dissociadas da realidade educacional e social das crianças.

Há um controle das mentes e corpos das crianças, que empobrece o imaginário, o movimento e a linguagem da criança, para atendimento a um currículo homogêneo e às avaliações padronizadas.

Contudo, a escola é impulsionada a adequar-se a esse contexto, formando os novos sujeitos, capazes de atuar na nova dinâmica política e econômica, ou seja, a formação de corpos dóceis, úteis, participativos, responsáveis, produzindo subjetividades específicas. Em outras palavras, a criação do sujeito moderno.

REFERÊNCIAS

1. BRIGHENTE, Miriam Furlan; MESQUIDA, Peri. **Michel Foucault: Corpos Dóceis e Discriminados nas Instituições Escolares**. X Encontro Nacional de Educação-EDUCERE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011, p.2390-2403. Disponível in: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2011/4342_2638.pdf. Acesso em maio de 2019.
2. BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira L. (org.). **O Corpo Educado: Pedagogia da sexualidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
3. CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Tradução Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
4. CERVI, Gicele Maria. **Política de gestão escolar na sociedade de controle**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2013.
5. CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André. **Governo dos corpos e escola contemporânea: pedagogia do *fitness***. Revista Educação e Realidade. Maio/Agosto, 2009.
6. FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
7. _____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. Eduardo Brandão (tradução). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
8. _____. **Microfísica do Poder**. 26 ed. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2013.
9. LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2. ed. tradução de Sônia M.S. Fuhrmann. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
10. LIMA, Walter Matias. **Notas Introdutórias para discutir a História do Corpo**. MIMEO, 2014.
11. MENDES, Cláudio Lúcio. **O corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, n. 39, p. 167-181, Abril de 2006.

12. MILSTEIN, Diana; MENDES, Héctor. **Escola, corpo e cotidiano escolar**. Tradução: Ana Lúcia Silva Ratto; Revisão: Terumi Koto Bonnet Vilaíba. São Paulo: Cortez, 2010.
13. POPKEWITZ, Thomas S. A Reforma como Administração Social da Criança: a Globalização do Conhecimento e do Poder. In: BURBULES, Nicholas; TORRES, Carlos Alberto. **Globalização e educação: perspectivas críticas**. Tradução: Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004, p.107-125.
14. SACRISTÁN, Gimeno J. **O aluno como invenção**. Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2005.
15. SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. O corpo que pulsa na escola e fora dela. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa (et. al.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: discutindo práticas educativas**. Rio Grande do Sul: Editora da FURG, 2007, p. 80-121.
16. VEIGA-NETO, Alfredo; SARAIVA, Karla. **Educar como Arte de Governar**. In: Currículo sem Fronteiras, v. 11, n. 1, pp. 5-13. Jan/Jul 2011.